

As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)

INTRODUÇÃO

Quando, em 1891, aparece a encíclica *Rerum Novarum*, o movimento operário, hostil à Igreja, encontra-se desde há muito organizado em diversos países da Europa, existindo também em países como a França e a Alemanha um movimento católico voltado para os operários e no qual se esboçou mesmo, por vezes, uma actividade autónoma dos trabalhadores¹. Contudo, no fim do século XIX, os católicos que em Portugal procuram organizar-se como força política e social ignoram durante bastante tempo a «questão social». E, quando a abordam, fazem-no de modo bastante tímido e, especialmente, na perspectiva da caridade². O novo vigor do catolicismo português torna-se bastante sensível após a realização, em Lisboa, do Congresso Católico Internacional de 1895 (realizado aquando da celebração do 7.º centenário de Santo António). Esse revigoramento do catolicismo assentava em três pontos fundamentais: por um lado, devolver à Igreja o lugar de primeira plana, que perdera com a chegada dos liberais ao poder, em 1834, por outro, limitar o desenvolvimento do capitalismo liberal e as suas desastrosas consequências para o mundo rural e, por último, no mundo urbano, a renovação católica propunha-se travar o caminho aos revolucionários, através de uma política de reformas sociais.

No mundo operário das grandes e médias cidades são os próprios militantes católicos a lamentar que as práticas religiosas estejam quase sempre ausentes, que o clero não tenha qualquer prestígio e que o anticlericalismo esteja em ascensão. O que resta das atitudes cristãs limita-se a atitudes supersticiosas e à veneração de santos padroeiros por muitos artesãos e em muitas oficinas ainda próximas do trabalho artesanal.

Para levar a efeito os seus objectivos, os militantes católicos dispõem, no início do século XX, de uma importante rede de organizações. Embora não estejam, de um ponto de vista institucional, ligadas entre si, o certo é que mantêm numerosos contactos, através de reuniões, das quais as mais importantes são os cinco congressos anuais das agremiações populares católicas entre 1906 e 1910³. Por outro lado, um núcleo de uma quarentena de dinamizadores do movimento

* Bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian (1979); bolseira do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-81).

¹ *150 Ans de Mouvement Ouvrier Chrétien*, obra colectiva dirigida por S. H. School, Lovaina/Paris, 1966, e Jean Marie Mayeur, *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*, A. Colin, 1980. *Christianisme et Monde Ouvrier*, caderno do *Mouvement Social*, n.º 1, 1975.

² João Francisco de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra», 1872/1913*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, vol. 1. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, 1980.

³ 1906 em Lisboa, 1907 no Porto, 1908 na Covilhã, 1909 em Braga, 1910 em Lisboa.

encontra-se, simultaneamente, à frente dos círculos católicos operários (CCO), fundados a partir de 1898, e do Partido Nacionalista (que em 1903 sucede ao Centro Nacional de 1901), bem como de uma imprensa dinâmica e variada, com difusão na maior parte do País, especialmente no Norte e no Centro⁴. Finalmente, o movimento implanta-se entre a juventude, de onde serão recrutados os quadros do País, através, principalmente, dos quatro Centros Académicos da Democracia Cristã (CADC), sendo o primeiro e mais importante, o de Coimbra, fundado em 1901. Na viragem do século, a imprensa católica renova-se e aumenta e em 1900 é já bastante forte, possuindo 6 quotidianos (dos quais os mais importantes são *A Palavra*, no Porto, e *Portugal*, em Lisboa), 21 semanários (sendo o mais dinâmico *O Grito do Povo*, órgão do CCO do Porto) e 10 mensários, dos quais se distinguem a *Voz de Santo António* (órgão dos franciscanos do Convento de Montariol, em Braga), *O Mensageiro do Coração de Jesus* (na mão dos Jesuítas) e *Estudos Sociaes*, fundado em Janeiro de 1905 pela CADC de Coimbra⁵.

A acção da primeira democracia cristã portuguesa perante o movimento operário situa-se a dois níveis: projectos de reforma social, por um lado, e de combate, por outro. Estes dois pólos coexistem permanentemente na acção e na propaganda das associações católicas. As reformas propostas são decalcadas da «doutrina social da Igreja», tal como consta das encíclicas dos papas Leão XIII, Bento XV e Pio X⁶, só que interpretadas de modo bastante moderado. A ausência quase total de legislação social em Portugal nos inícios do século XX faz com que se verifique um certo paralelismo entre as reivindicações dos católicos sociais e as de um grande número de «associações de classe» da época (antepassados dos actuais sindicatos). A orientação vigorosamente contra-revolucionária do movimento católico português dessa época é uma constante, quer nas conclusões dos congressos das APC, quer, de forma mais acentuada, nas inúmeras conferências organizadas pelas associações católicas (de que as mais activas são as de Lisboa, Porto e Braga), pelos CCO, pelo CADC de Coimbra, mas sobretudo na imprensa, em particular nos inúmeros semanários do movimento católico, à frente dos quais se destacam *O Grito do Povo*, no Porto, *Democracia Cristã* e *Associação Operária*, em Lisboa, *A Folha*, em Viseu (onde em 1909 Salazar publica os seus primeiros artigos), e *A Restauração*, em Guimarães. Todos focam incessantemente a necessidade de combater de modo enérgico o mal revolucionário, que se encarnará durante bastante tempo, para os católicos, no Partido Socialista Português, a mais influente organização junto do movimento operário, como testemunha, aliás, Alexandre Vieira⁷. A violência surge a todos os níveis no confronto entre católicos e socialistas, em particular, e entre os movimentos e organizações operárias, em geral: as injúrias na imprensa não são raras, especialmente em *O Petardo*, semanário de tom satírico-populista, dirigido pelo P.^o Benevenuto de Sousa, o «protector» do CCO do Porto. Mas, às vezes, passa-se mesmo a vias de facto, especialmente no que se refere ao problema dos funerais civis, que, na viragem do século, opõe de forma frequentemente brutal associações católicas e organismos operários que combatem pelo Registo Civil. Acontece mesmo que os operários dos CCO e das organizações de classe passam a vias de facto, sobretudo no Porto e em Gaia, aquando da fundação dos primeiros CCO (altura que é também de grande desenvolvimento

⁴ Manuel Braga da Cruz. *op. cit.* Marie-Christine Volovitch, comunicação apresentada no colóquio «Socialisme et Utopie au Portugal au XIXème Siècle», organizado pelo Centro Cultural Português em Paris, em Janeiro de 1979, no prelo.

⁵ Marie-Christine Volovitch, «La presse de la démocratie chrétienne au Portugal», in *Clio*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 2, 1980, pp. 81-116.

⁶ M.-D. Chenu, *La «Doctrine Sociale» de l'Église comme Idéologie*, Cerf, 1979.

⁷ Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal (1908-1919)*, Lisboa, Seara Nova, reeditado em 1974, p. 34.

do movimento operário). Estas violências ganham maior amplitude após a proclamação da República. Mas, se bem que seja elevado o número de operários nos movimentos populares que atacam as associações católicas e respectivos jornais, trata-se mais de amplos movimentos anticlericais do que de directrizes emanadas das associações operárias, ainda que os seus dirigentes estejam muito longe de condenar tais atitudes.

PARTE I

O TÍMIDO REFORMISMO SOCIAL DOS CATÓLICOS PORTUGUESES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A — O PROGRAMA SOCIAL

Desde finais do século XIX que os democratas cristãos portugueses denunciam o capitalismo liberal, que reduz à miséria económica e moral os operários, agora sem defesa, pelo desaparecimento das corporações. Tratou-se, pois, de recriar estas últimas, adaptando-as ao mundo moderno. A caridade detém, simultaneamente, um lugar de primeira plana na acção e na reflexão dos católicos sociais portugueses. A Sociedade de São Vicente de Paulo, bastante dinâmica, participa como membro activo nos congressos das associações populares católicas (APC).

O programa das reformas sociais dos católicos fora já apresentado no Congresso Internacional de Lisboa de 1895 (ocupando 5 pontos do programa). Quando da fundação do Centro Nacional, em Julho de 1901, as reformas sociais foram retomadas nos parágrafos 2, 3 e 6 do manifesto do lançamento desta nova forma de partido católico⁸. O Centro Nacional aceita muitas das orientações e até mesmo alguns dos dinamizadores do Centro Católico de 1894. Em 1903, o Partido Nacionalista substitui o Centro Nacional e do seu programa constam quatro importantes parágrafos que recordam a fidelidade do novo partido à «economia social cristã»⁹.

A apresentação mais completa destas reformas sociais foi feita no primeiro número de *O Grito do Povo*, em 10 de Junho de 1899. Um programa de 14 pontos propõe algumas reivindicações relativas ao ensino católico, à reforma fiscal, ao serviço militar e ao funcionamento da justiça; propõe a instauração do repouso dominical, a limitação ao máximo do trabalho nocturno, a interdição do trabalho a menores de 14 anos e a maior limitação possível do trabalho feminino. Propõe também que se torne obrigatória a criação de caixas de auxílio para casos de doença, velhice, acidentes, morte, chegando mesmo a prever que os patrões cubram os custos de imobilização por doença ou acidente ligados ao trabalho. Preocupam-se com a construção de casas para operários, que seriam feitas sob a supervisão de comissões mistas formadas por patrões e operários, casas de que os operários se poderiam tornar proprietários ao fim de 16 a 20 anos, mediante o pagamento de uma renda. No tocante à duração do dia de trabalho sem limite legal, o programa do CCO de 1899 propõe-se fixar o máximo de 11 horas de trabalho diário. Contudo, em 1909 em Braga, por ocasião do

⁸ O manifesto do lançamento do Centro Nacional foi publicado no *Correio Nacional* de 18 de Julho de 1901.

⁹ O programa nacionalista de 1903 é reproduzido por Jacinto Cândido no final do seu livro *Memórias Intimas para o Meu Filho (1898-1925)*, Castelo Branco, 1963, pp. 369-382. Ver também Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 411-421.

4.º Congresso das APC, um dos dirigentes do CCO de Lisboa, o operário José Severo Leonardo Horta (aliás, activo nacionalista), condenando abertamente, por excessiva e insensata, a reivindicação, pela Segunda Internacional, das 8 horas, propõe que o máximo diário passe legalmente a ser de 10 horas¹⁰. Quanto aos salários, todos sublinham que devem «ser suficientes para proporcionar uma vida decente», sem que, contudo, tenha sido fixado qualquer montante ou forma de cálculo. Mas, no Congresso das APC que acabámos de referir, um dos três operários oradores, membro do CCO do Porto, pediu que fosse seriamente estudada a eventualidade de um «salário familiar», por forma a permitir à família operária escapar à dissolução a que se encontrava condenada por via do trabalho das mulheres e das crianças¹¹.

A originalidade deste programa reside na criação de uma forma moderna de corporativismo: é proposta a instalação em cada cidade de um «conselho de trabalho» tripartido, composto por representantes dos operários, das entidades patronais e dos «técnicos». Este conselho designaria representantes ao Parlamento (não se especifica nem como nem de que forma). Por outro lado, as comissões de arbitragem deveriam ser em maior número e obrigatório o recurso aos seus serviços. A ideia da representação operária é um dos pontos mais originais do programa do Partido Nacionalista, adoptada em 1903, reafirmada em 1905 e sempre presente até 1911 (altura em que o Partido desaparece). Em especial, a reforma eleitoral exigida pelos nacionalistas (sem que fosse colocada a questão do sufrágio universal) permitiria a entrada de, pelo menos, um deputado operário no Parlamento¹². Estas disposições reformistas do Partido Nacionalista em matéria social são os argumentos em que se apoiam os padres Roberto Maciel e Benevenuto de Sousa, os «apóstolos dos operários católicos», para declararem que o Partido Nacionalista é o «partido dos operários» e que os CCO devem ser os seus «mais firmes pilares»¹³. Não obstante o facto de os militantes do CCO não quererem aparecer publicamente como apêndices do Partido Nacionalista no seio do operariado, as relações entre estas duas componentes do movimento católico manter-se-ão muito estreitas.

B— A LIMITADA ACÇÃO DOS CATÓLICOS EM MATÉRIA DE REFORMAS SOCIAIS

As vias que os democratas cristãos portugueses utilizam para obter estas reformas são bastante modestas, raramente ultrapassam a exposição das reivindicações, contentando-se em chamar a atenção para as fundamentações justas das reformas exigidas. Insistem bastante especialmente em conferências e em artigos de jornal, no facto de as reivindicações sociais dos católicos portugueses serem em tudo idênticas às dos católicos europeus e norte-americanos e no facto de exemplos como o da Bélgica (onde o Partido Católico está no poder) provarem que esse programa pode ser posto em prática.

Se, na sua maioria, os militantes católicos portugueses defendem de modo pouco caloroso o seu próprio programa, isto deve-se a duas causas: a primeira é que, para eles, a reforma social está intimamente dependente da reforma religiosa: somente o retorno às práticas e à moral católicas poderá fornecer as bases

¹⁰ *O Grito do Povo* de 3 de Julho de 1909.

¹¹ *Ibid.*

¹² Jacinto Cândido, *A Doutrina Nacionalista*, colecção «Ciencia e Religião», n.º 53, Póvoa de Varzim.

¹³ *O Grito do Povo*.

necessárias a uma verdadeira reforma social, na qual apenas o respeito mútuo dos direitos e deveres entre patrões e operários seria susceptível de garantir a paz social; a segunda é que qualquer forma de luta operária lhes inspira a maior das desconfianças, ainda que parta de membros das suas próprias associações. Esta posição torna-se particularmente clara na ocasião da fundação do CCO do Porto, cujos fundadores tiveram de negar ser «um apoio do movimento revolucionário» e cujo programa democrata cristão «fazia duvidar até da ortodoxia do CCO», conforme testemunho publicado em *O Grito do Povo* de 9 de Junho de 1900¹⁴. A grande desconfiança da maior parte dos dirigentes do movimento católico português em relação à acção social no seio do operariado advém do facto de a sua maioria serem pessoas de reconhecida notoriedade local, sobretudo proprietários fundiários do Norte e Centro do País e eclesiásticos, encontrando-se todos fortemente ligados a uma sociedade essencialmente rural, na qual a ordem moral e a paz social são garantidas pela tradição religiosa¹⁵. Opõem-se tanto ao liberalismo económico e político da «oligarquia burguesa» no poder, como às revoltas populares contra essa «oligarquia», quer estas assumam a forma da «maré» republicana, quer a das lutas socialistas e sindicais. E a sua enorme desconfiança em relação às acções operárias impede-os até de desenvolver as acções necessárias para a aplicação do seu próprio programa. É permanente o seu receio de que uma luta demasiado enérgica ou uma autonomia operária muito grande faça oscilar o movimento católico popular para o campo inimigo.

O DIREITO DE ASSOCIAÇÃO

O direito de associação é um dos pontos-base do programa reformista católico, mas, na prática, apenas funcionaram três associações de classe católicas, tendo apenas uma delas sido activa, a dos fabricantes de calçado, anexa ao CCO do Porto. As outras duas associações de classe, a dos alfaiates, anexa ao CCO do Porto, e uma outra de fabricantes de calçado, anexa ao CCO de Braga, reúnem-se muito menos e nunca tiveram muitos efectivos¹⁶. Aliás, estas associações de classe eram completamente diferentes das associações operárias existentes na mesma altura, pois as católicas eram mistas: englobavam patrões e operários. A par destes grupos, os católicos incentivam especialmente a formação de associações de socorros mútuos e de cooperativas. Aliás, os CCO funcionaram em grande parte como associações de socorros mútuos, a tal ponto que mesmo autores católicos minimizaram ou esqueceram a sua função religiosa (essencial, todavia, aos olhos dos seus dinamizadores). É o que se constata na *História da Igreja*, de Fortunato de Almeida, publicada após a implantação da República¹⁷. Em Lisboa, a par do CCO da Imaculada Conceição, fundado em 1902, e do do Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1909, a Associação de Socorros Mútuos «A Democracia Christã» é activa e chega até a publicar, a partir de 1905, um jornal: *A Associação Operária*. Existem ainda várias cooperativas católicas de consumo que funcionam anexas aos CCO, tendo chegado a haver uma tentativa de formar uma cooperativa de produção ligada à Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado anexa ao CCO do Porto.

¹⁴ *O Grito do Povo*, artigo do P.^o Benevenuto de Sousa.

¹⁵ *O Correio Nacional* publica a partir de 6 de Julho de 1901, em 1902 e em 1903 listas completas dos membros do Centro Nacional e indica, por vezes, as suas profissões e/ou a sua inserção social.

¹⁶ Marie-Christine Volovitch, comunicação já citada apresentada no colóquio «Socialisme et Utopie au Portugal au XIX^eme Siècle».

¹⁷ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1926, pp. 216-218.

REPRESENTAÇÃO OPERÁRIA

O direito de os operários terem uma representação no Parlamento é defendido pelos católicos, mas, nos seus próprios congressos, os trabalhadores são em número limitado e não passam de figurantes. Com efeito, os CCO reagrupam, na altura dos congressos das APC, entre 10 000 e 12 000 operários¹⁸ (número não negligenciável quando comparado com os 20 000 operários representados no Congresso Sindical Operário de 1903)¹⁹. Acontece, porém, que muito raramente os trabalhadores desempenham qualquer cargo de responsabilidade: o caso do antigo anarquista José Martins, membro activo do CCO do Porto, colaborador de *O Grito do Povo* e de *A Palavra* e membro da comissão organizadora do Congresso das APC, constitui uma excepção. Aliás, menos de metade dos delegados representantes dos CCO são operários. Finalmente, no 4.º Congresso das APC, intitulado Congresso Operário, havia apenas 3 oradores operários e, entre estes, apenas um participou como orador no 5.º e último Congresso, nas vésperas do 5 de Outubro²⁰.

O DESCANSO DOMINICAL

O descanso dominical foi a única reivindicação operária apoiada energeticamente pelas organizações católicas portuguesas. Com efeito, para estas, o objectivo era duplo: promover uma reforma social que faz parte do seu programa, mas também, e sobretudo, entrar, através desta libertação do domingo, na via de um regresso às práticas religiosas, condição-base para uma reforma da sociedade portuguesa. A luta pelo descanso semanal foi desencadeada em 1903 pelas Associações de Classe dos Caixeiros de Lisboa e dos Empregados do Comércio do Porto, às quais se aliaram as associações e imprensa católicas, apoiando e desenvolvendo uma intensa propaganda a favor desta campanha, mas especificando que o dia escolhido era o domingo. É impossível assinalar todos os artigos e todas as conferências que se dedicaram a este assunto entre 1903 e 1907, data da legalização do descanso dominical. Os católicos apoiam os seus argumentos em defesa desta lei em numerosos exemplos estrangeiros e nas recomendações pontificias e insistem principalmente em que esse descanso seja fixado ao domingo. É, aliás, uma necessidade imperiosa num país onde a religião católica é a religião oficial. Jacinto Cândido e o conde de Bertandos, dois dos chefes do Partido Nacionalista, apresentam à Câmara dos Pares, em Março de 1904, um projecto de lei sobre o descanso dominical²¹. Este projecto não foi, aliás, tido em consideração e em 1906 é retomado por uma delegação de vários CCO, que o apresenta ao Parlamento por instigação das associações católicas de Lisboa: o CCO da Imaculada Conceição e a Associação «A Democracia Christã»²². Mas é somente em 1907 que o Governo de João Franco, entrando numa linha ditatorial e necessitando de apoio popular, retoma o projecto de 3 de Outubro de 1906, pela mão de um deputado não católico. Em Julho de 1907, os CCO de Braga e Lisboa enviaram uma delegação propondo algumas alterações ao projecto retomado pelo Governo. De um modo particular, as alterações propostas pediam que a obrigatoriedade do descanso fosse extensível a um leque mais

¹⁸ O número de 10 000 é apresentado pelo franciscano Frutuoso da Fonseca Preto Pacheco, na sua intervenção no 4.º Congresso das APC, em Braga, em 1909 (*O Grito do Povo* de 3 de Julho de 1909). Manuel Frutuoso da Fonseca, no 2.º Congresso das APC (Porto, 1907), fala de 10 000 a 12 000 (*O Grito do Povo* de 22 de Junho de 1907).

¹⁹ César Oliveira, *O Proletariado e a República Democrática*, Seara Nova, 1974, p. 62.

²⁰ *O Grito do Povo* de 25 de Junho de 1910.

²¹ *Estudos Sociaes* de Abril de 1906.

²² *Ibid.*, de Julho de 1906.

amplo de profissões e que nesse dia fosse exercido um rigoroso controlo impedindo a abertura de tabernas²³. Em 3 de Agosto de 1907, o Governo de João Franco decreta o descanso dominical. Todos os militantes católicos se felicitam por um sucesso que consideram, em grande parte, obra sua²⁴. Contudo, a partir de 15 de Outubro do mesmo ano, surge um decreto que modifica de tal modo a lei, através das múltiplas excepções que lhe são introduzidas, que a desvirtuam completamente, o que foi amargamente sentido pelos democratas cristãos²⁵. O problema fica pendente até à publicação do decreto da República datado de 9 de Janeiro de 1911.

C—GRANDE RESERVA PERANTE AS «JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES»

À excepção do caso, completamente especial, do descanso dominical e do caso muito particular do período da peste bubónica no Porto em 1899, que trataremos mais adiante, o apoio dos católicos sociais portugueses às reivindicações operárias, ainda que as achessem justas, foi extremamente modesto. Em duas ocasiões consecutivas se confrontam directamente, enquanto grupo organizado, com lutas e reivindicações concretas. Em qualquer delas, a sua atitude dificilmente ultrapassa o âmbito da caridade tradicional.

Em Abril de 1903, quando se realizou o congresso da fundação do Partido Nacionalista no Porto, desencadeava-se aí, na mesma altura, uma greve importante dos tecelões. Esta greve transformou-se, aliás, em greve geral na cidade, como consequência da solidariedade de outros grupos profissionais com os tecelões²⁶. A greve prolonga-se e a fome instala-se nos bairros populares, levando numerosos operários à mendicidade. Os participantes no Congresso Nacionalista, entre os quais se contam membros activos dos CCO, e em especial do do Porto, reconhecem a justeza das reivindicações dos operários e lamentam a dureza das entidades patronais. Mas, por outro lado, condenam abertamente o recurso à greve, que, do seu ponto de vista, é ainda mais nociva para os operários do que para os patrões. Após deliberação, votam-se moções para que a negociação ponha rapidamente fim à greve e faz-se entre os participantes do congresso uma colecta com vista a ajudar os operários atingidos pela fome, bem como as suas famílias. Contudo, o conde de Samodães, um dos fundadores do Partido Nacionalista e pioneiro do catolicismo militante em Portugal, sublinha, de modo preciso, que se trata de uma ajuda caritativa, e não de um apoio à greve²⁷.

Em Outubro de 1908 realiza-se na Covilhã o 3.º Congresso das APC. Os dirigentes católicos escolheram esta grande cidade têxtil com o objectivo especial de «mostrar aos operários quanto a sua condição preocupa os católicos»²⁸. Acontece que nesta cidade se desenrolara, no ano anterior, uma importante greve dos operários «fabricantes de tecidos» e uma nova greve surge nos finais de 1908²⁹. Os problemas operários estão bastante acesos e os organizadores do congresso têm disso perfeita consciência, chegando a criar no congresso uma secção especial consagrada aos problemas específicos da cidade. O bispo da Guarda (de quem depende a Covilhã) recomenda, de modo assaz preciso, aos

²³ *Estudos Sociaes* de Dezembro de 1906.

²⁴ *Ibid.*, de Agosto de 1907, que publica o texto integral do decreto.

²⁵ *Ibid.*, de Novembro de 1907.

²⁶ Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal, I Cronologia*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d. (1979).

²⁷ *O Grito do Povo* de 13 de Junho de 1903.

²⁸ *Ibid.*, de 3, 10 e 24 de Outubro de 1908, que fazem o balanço do Congresso.

²⁹ Carlos da Fonseca, *op. cit.*

organizadores do congresso a necessidade de as suas reflexões conduzirem a acções bem concretas³⁰. Ora a única coisa que se propuseram fazer de imediato resumiu-se à criação de uma Casa do Trabalho na cidade (uma espécie de bolsa do trabalho, mas destituída de qualquer carácter revolucionário). Aliás, a colecta para a construção do edifício começou a ser feita precisamente no seio dos congressistas³¹.

Houve apenas uma única circunstância no decurso da qual os católicos apoiaram abertamente uma iniciativa proposta pelas associações operárias. No Verão de 1899, o deficiente controlo sanitário da zona portuária da cidade do Porto originou uma forte epidemia de peste bubónica. A sua gravidade foi tal que a cidade e os respectivos subúrbios foram envolvidos por um cordão sanitário, tendo sido ordenado o encerramento dos locais de trabalho. Sob o controlo do governador civil, foi distribuído um subsídio diário de 100 réis por família. O Jornal *O Grito do Povo* declara-o altamente insuficiente³². De início, os socorros são distribuídos por diversos organismos aos trabalhadores, entre aqueles o CCO do Porto. Mas, a breve trecho, e contra os protestos veementes dos católicos, o governador confia esta distribuição à única Federação das Associações de Classe. Mais tarde, quando a epidemia começa a recuar, algumas empresas começam a reabrir, mas muitas permanecem encerradas (como, aliás, o CCO do Porto). O abono foi então suprimido. A Federação das Associações de Classe, em seguimento a uma reunião, protestou energicamente e advertiu as autoridades que seriam desencadeadas perturbações caso o mesmo não fosse restabelecido e mantido até todos terem regressado em pleno ao trabalho. É então que *O Grito do Povo*, no seu número de 30 de Setembro de 1899, onde relata a epidemia e as suas consequências, transcreve as reivindicações da Federação e declara que as apoia completamente, saudando a calma e a resignação sensata de que deram provas os trabalhadores da cidade em circunstâncias tão dramáticas.

D – BALANÇO DO REFORMISMO CATÓLICO

A acção social dos católicos portugueses antes da 1.ª República foi, pois, bastante limitada. Os mais activos democratas cristãos lamentam-no desde muito cedo. Assim, o célebre jornalista Júlio Monzó fez uma conferência, em 11 de Dezembro de 1905, na Associação de Socorros Mútuos «A Democracia Christã», subordinada ao tema «Os círculos católicos em Portugal»³³.

Lamenta, nessa conferência, que a vontade de combater a revolução e o receio das acções operárias tenham reduzido o movimento católico português — tal como o seu congénere espanhol, sublinha ele — a uma passividade próxima da inacção. Nas colunas de *Estudos Sociaes* (antes da mudança de direcção, em 1908) e nas da *Voz de Santo António* (desta vez após a reorganização de 1908) reflectem-se as mesmas preocupações por parte dos democratas cristãos sinceros, bastante preocupados com a inacção dos meios católicos em matéria social, inacção que deixa campo livre precisamente àqueles que se propõem combater. Assinalámos já que, em 1908, o bispo da Guarda, quando da preparação do 3.º Congresso das APC, estava bastante consciente desta incapacidade de os católicos portugueses se tornarem dignos de crédito em matéria de refor-

³⁰ *Voz de Santo António* de Novembro de 1908.

³¹ *Ibid.*

³² *O Grito do Povo* de 23 de Setembro de 1899.

³³ Júlio Navarro y Monzó, *A Missão de Círculos Catholicos de Operários em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906. A conferência foi dedicada: «Ao zeloso e benemérito apóstolo do operariado português, o rev. Padre Benevenuto de Sousa.» A conferência foi publicada por *Estudos Sociaes*, no seu número de Dezembro de 1905.

mas sociais. E, em 1909, no 4.º Congresso das APC, o franciscano Frutuoso da Fonseca Preto Pacheco, do Convento de Montariol, retoma esta verificação pessimista sobre o balanço de acção social católica em Portugal:

[...] o movimento social cristão de 1898 até hoje [...] nada se tem feito de prático. Havendo 10 000 operários católicos no País [...] ³⁴

PARTE II

A LUTA ANTI-SOCIALISTA

No início do século XX, as lutas anti-socialista, antianarquista e anti-sindicalista são a segunda constante da orientação dos militantes católicos de Portugal. Proclamam abertamente a sua intenção de cortar caminho às desordens operárias e à «imoralidade anti-religiosa». Os socialistas são seus adversários, do mesmo modo que o são os republicanos anticlericais, e isto a dois níveis: por um lado, a influência dos socialistas é predominante nas associações de classe antes de 1908 e, por outro, o anticlericalismo dos socialistas portugueses em nada fica atrás dos dos republicanos.

Nos primeiros anos do século XX, católicos e socialistas opõem-se, de forma mais ou menos violenta, tanto no que diz respeito ao lugar que a Igreja deve ocupar na sociedade, como em relação ao desejo católico de implantação no seio do operariado. Este confronto assume, por vezes, formas muito violentas e das injúrias passa-se mesmo a vias de facto. Contudo, após alguns anos, a luta atenua-se ao nível das violências físicas, sem nada perder da dureza ideológica, pois o movimento católico foi-se desgastando. Por último, os católicos que não tinham sido capazes de eleger mais do que três ou quatro deputados no quadro do sistema rotativista comprometeram-se de modo bastante profundo com a ditadura de João Franco e sofreram por isso um forte recuo após os assassinatos do rei e do príncipe herdeiro, em 1908. É esta identificação, cada vez mais nítida, do militantismo católico com a extrema direita que explica o ressurgimento da violência popular contra as associações católicas, em 1910 e 1911.

A—OS CONFRONTOS ENTRE SOCIALISTAS ANTICLERICAIS E «ENJESUITADOS»

A partir de 1895, quando se realizou em Lisboa o Congresso Católico Internacional, os socialistas portugueses estavam firmemente decididos a fazer frente ao reflorescimento da Igreja: resolveram, pois, organizar um congresso anticlerical em Lisboa, precisamente nos mesmos dias do Congresso Católico, com idêntica duração e com os mesmos temas de discussão do congresso religioso ³⁵. O Congresso Socialista, no qual interveio Azedo Gneco, decide-se a pôr em acção numerosos «círios civis», destinados a prosseguir a luta anticlerical.

Em três anos realizam-se 32 «círios civis» (30 na região de Lisboa e 2 na do Porto) ³⁶. E, durante mais de cinco anos, católicos e socialistas rivalizam na organização de desfiles, procissões e excursões. Em 25 de Março de 1908 realizou-se

³⁴ *O Grito do Povo* de 3 de Julho de 1909.

³⁵ Informações colhidas no decurso do seminário dedicado à história operária portuguesa, organizado por Carlos da Fonseca em Paris VIII, em 1978.

³⁶ *Id.*

em Braga uma excursão dos CCO a fim de «limpar» a grande cidade religiosa dos escândalos de uma recente excursão socialista³⁷. Mais tarde, em 1910, as procissões de «desagravo» que se realizaram nas principais cidades portuguesas tiveram exactamente esta mesma função de purificação³⁸. Cada campo conta os seus fiéis; católicos e socialistas lançam-se mutuamente, em desafio, os números das multidões que conseguem mobilizar.

É, no entanto, em torno da questão dos funerais civis que o confronto se cristaliza, nos primeiros anos deste século. A viabilidade de um Registo Civil encontrava-se consagrada no nosso Código Civil de 1878, mas foi somente em finais do século XIX, sob o impulso das Associações Propagadoras da Lei do Registo Civil, nas quais os socialistas são numerosos e activos, que se desenvolveu uma intensa propaganda a favor dos funerais civis, apoiada na acção dos «círios civis». Perante a multiplicação de funerais civis, os católicos esforçam-se por se lhes opor, criando para tanto associações funerárias destinadas principalmente a cobrir as despesas inerentes aos funerais religiosos (velas, pagamento ao padre), protestando junto das autoridades e impedindo, fisicamente, a entrada dos cortejos civis nos cemitérios. É aí que ocorrem as confrontações mais violentas. Porque a questão dos funerais encontra-se estreitamente ligada à das lutas sociais: os socialistas (e os outros grupos operários) defendiam que a emancipação dos trabalhadores passava tanto pela libertação dos medos religiosos, dos tabus morais e sociais, como pelas lutas económicas nos locais de trabalho, enquanto, como salientámos já, os católicos defendiam que toda e qualquer reforma social, para ser válida, devia ter por base o regresso às práticas e fé religiosas. É neste contexto que, em 20 de Julho de 1899, *O Grito do Povo* se insurge contra quatro funerais civis realizados no Porto, que acabaram por se transformar numa manifestação encabeçada por bandeiras vermelhas, que percorrem demoradamente toda a cidade. Os católicos conseguiram, aliás, obter das autoridades um estrito controlo sobre os funerais civis (especialmente os das crianças), tendo-se então apaziguado os confrontos. A violência popular contra o clero é um dos temas mais frequentemente tratados pelos jornalistas e confencistas católicos, podendo-se avaliar a força da mesma pelo violento incidente que teve por vítimas missionários franceses cujo barco fizera escala em Lisboa em 1901. Vestidos de capa e batina (coisa rara, na época, nos bairros populares), foram apedrejados em Alcântara quando perguntaram onde ficava a residência dos Jesuítas. Muitos ficaram feridos antes que pudessem ter, apressadamente, regressado ao seu navio³⁹. Após a proclamação da República, o Governo republicano procede à sua prisão e expulsão, mas protegendo-os da cólera popular que surgia espontaneamente nas ruas. Por outro lado, quando, em 1911, os bispos se opuseram à política de laicização da jovem República, as sedes das associações e dos jornais católicos foram alvo de violentos ataques populares. Foi assim que desapareceram um grande número de publicações católicas, entre as quais, *A Palavra, Portugal, O Grito do Povo* (que, apesar de tudo, tenta sobreviver em 1912-13), *Estudos Sociaes*, etc.⁴⁰

As sedes das associações católicas do Porto e de Lisboa foram atacadas, bem como a do CADC de Coimbra. O CCO do Porto foi primeiramente atacado em Fevereiro e incendiado, depois em Setembro de 1911. Só bastante mais tarde vem a ser restaurado. Ora estas violências populares, mesmo que não tenham sido expressamente organizadas por associações ou partidos políticos operários, foram essencialmente obra de trabalhadores. Aliás, os republicanos apercebe-

³⁷ *Voz de Santo António* de Abril de 1908.

³⁸ *A Cruzada* de Março de 1910.

³⁹ *Correio Nacional*.

⁴⁰ Marie-Christine Volovitch, «La Presse de la Démocratie Chrétienne au Portugal de 1870 à 1913», já citado.

ram-se bastante bem da importância do anticlericalismo no seio do operariado combativo, e de tal forma que, em 1895, Afonso Costa propôs aos republicanos e às organizações operárias uma frente de luta comum, baseada na denúncia da Igreja, na sua conferência *A Igreja e a Questão Social* ⁴¹.

B – A HOSTILIDADE ENTRE AS ASSOCIAÇÕES CATÓLICAS OPERÁRIAS E OS GRUPOS OPERÁRIOS

A violência das lutas entre associações católicas e associações operárias não se deveu apenas ao anticlericalismo. A sua oposição é fundamental e irreductível e o objectivo declarado da fundação dos CCO é o de combater as organizações operárias existentes. Já no seu primeiro número, publicado em 10 de Junho de 1899, *O Grito do Povo* acentua que o objectivo dos católicos em matéria social, para além do seu programa, é combater vitoriosamente a influência socialista, em particular, e toda e qualquer influência revolucionária, em geral.

No «grito» lançado pelo semanário do CCO do Porto, as reivindicações socialistas são combatidas uma a uma pelas reivindicações católicas:

Os socialistas gritam: abaixo o capital! Nós, os operários católicos, gritamos: viva a união do capital e do trabalho!...

Entre os dez pontos que resumem a oposição irreductível destes dois grupos vê-se que as suas propostas são completamente divergentes. Toda a imprensa católica, no início do século e na altura em que surgem os CCO, insiste no facto de o seu objectivo ser o de lutar contra a influência socialista. Nesta altura, o movimento católico social tem a firme convicção de poder rivalizar com os seus adversários, pois o movimento operário português é ainda fraco e percorrido por numerosos conflitos.

Vemos, assim, sucederem-se, a um ritmo rápido, fundações de grupos e de edifícios destinados a desenvolver com êxito a implantação católica: o CCO do Porto é o primeiro de todos e surge em 9 de Junho de 1898 e a Casa do Povo é construída pelos socialistas da cidade em Março de 1900 ⁴². O CCO de Gaia abre em 1899 e, a partir de 1900, os socialistas organizam nesta cidade cursos nocturnos. Em Maio de 1900, o Partido Socialista organiza uma excursão a Viana do Castelo, onde em 24 do mesmo mês é inaugurado o CCO dessa cidade ⁴³.

Assiste-se, nesta época, a vários confrontos violentos entre membros dos CCO e membros de grupos socialistas e anarquistas. *O Grito do Povo* denuncia o ataque violento de que foram vítimas operários do CCO do Porto quando regressavam de uma visita nocturna ao CCO de Gaia. Noutra ocasião, os militantes católicos só conseguem escapar à agressão graças à intervenção de um antigo e conhecido militante socialista que se encontrava entre eles e que se tornou, entretanto, membro activo do CCO e colaborador de *O Grito do Povo* ⁴⁴.

Com efeito, o ritmo rápido de criação dos CCO entre 1898 e 1903 preocupa sobremaneira os grupos operários. Em 1903 existem já 15 CCO (isto é, a maior parte dos criados antes de 1910). Os mais activos são os do Porto, Viana do Castelo, Braga, Lisboa (Imaculada Conceição), Covilhã, Santo Tirso. O jovem João de Campos Lima, estudante anarquista, na sessão de discussão da sua tese ⁴⁵,

⁴¹ Afonso Costa, *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895.

⁴² Carlos da Fonseca, *op. cit.*

⁴³ *O Grito do Povo* de 16 de Junho de 1900.

⁴⁴ *Ibid.*, de 30 de Setembro de 1899 e 15 de Agosto de 1900, que publicam a bibliografia de Manuel Duarte de Almeida.

⁴⁵ João de Campos Lima, *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, pp. 114-118.

que defende em Coimbra em Junho de 1904, denuncia a proliferação dos CCO, bem como a riqueza de que são detentores, a qual lhes permite instalar as suas sedes nos centros das cidades.

Com efeito, os seus partidários são numerosos e, nesta altura, os CCO congregam em torno de si entre 10 000 e 12 000 membros, tendo, no entanto, estes números tendência a estagnar ou mesmo a diminuir ligeiramente até 1910.

A denúncia feita pelos católicos relativamente aos perigos da agitação, acção e propaganda operárias foi incessante e foram tantos os artigos e conferências consagrados a estas questões, que seria impossível aqui mencionar todos. Pode-se, no entanto, notar que as críticas se fizeram de três modos: uma refutação intelectual dos erros socialistas, tanto no plano político como social e filosófico (nas colunas de *Estudos Sociaes* e nas da *Voz de Santo António*), uma denúncia das mentiras socialistas e dos excessos anarquistas (nas colunas de *A Palavra, Portugal, A Cruzada*, etc.) e, por último, uma sátira feroz que não exclui a injúria, como se pode ver em *O Petardo* e *O Grito do Povo*. Neste último, uma crónica regular, alimentada pela leitura dos jornais socialistas e por «boatos», ridiculariza os chefes socialistas e dá relevo à rivalidade entre os vários grupos. Estes artigos, escritos por um antigo socialista tornado católico, são assinados pela inversão ridicularizante do nome do chefe socialista: Gneco Azedo.

Em suma, todos os grandes acontecimentos históricos ligados ao socialismo são aproveitados pela imprensa católica e dão azo a novas críticas, especialmente em tudo o que se refere aos «horrores» da Comuna de Paris — que, apesar de antiga, continua extremamente presente — e aos «bandidos» de Chicago, que a Internacional teve a audácia de comemorar no 1.º de Maio. A esses «escândalos revoltantes» opõem a conduta exemplar dos operários católicos quando celebram, em 19 de Março, o dia de São José, ou quando fazem procissões ao Sameiro, em Braga.

CONCLUSÃO

As lutas travadas entre 1895 e 1911 pelas diversas associações católicas portuguesas contra o surto das lutas sociais revolucionárias, anticlericais e republicanas foram um insucesso. A República foi proclamada e a sua política anti-religiosa enfraqueceu duramente o movimento, aliás largamente comprometido nas tentativas de restaurar a Monarquia. A época em que os católicos pensaram poder seriamente rivalizar com os revolucionários no seio do movimento operário foi completamente ultrapassada com o impulso do anarco-sindicalismo depois de 1908, a fundação da UON em 1914, a da CGT em 1919. O movimento católico, que se começa lentamente a recompor a partir de 1912-13, é bastante diferente do do período anterior, tanto nas formas de organização como nos seus locais de intervenção. Com efeito, o Partido Nacionalista não sobrevive a 1911, não obstante as tentativas de alguns dos seus mais lúcidos dirigentes, como Jacinto Cândido, no sentido de fazer respeitar o seu programa, no qual a questão do regime República/Monarquia não é central⁴⁶. Grande parte dos CCO desapareceram e os que sobreviveram não possuem já o dinamismo que os caracterizava nos finais da Monarquia. Limitam-se a modestas acções de socorros mútuos e, sobretudo, a actividades recreativas. Os antigos militantes que permaneceram fiéis ao espírito combativo da primeira democracia cristã lamentam amargamente este enfraquecimento e testemunham-no no único número de *O Grito do Povo* que publicam por ocasião do 38.º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, em 15 de Março de 1929. Evocam também com

nostalgia as suas antigas lutas em *A Ordem*, sucessor de *O Grito do Povo*, cujos fundadores são antigos colaboradores do órgão do CCO do Porto.

A dureza e a violência das lutas que opuseram as organizações católicas às organizações operárias autónomas, durante esta quinzena de anos, em Portugal, não foi caso único na Europa dessa época. Pelo contrário, nos países de forte tradição católica, como a França, a Itália, a Áustria, a Espanha, o catolicismo social nasceu de uma tradição contra-revolucionária. Jean Marie Mayeur demonstrou-o em muitos dos seus trabalhos, em particular num artigo já antigo, publicado em 1972 nos *Annales*⁴⁷, bem como no seu recente livro *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*⁴⁸, no qual lamentamos não faça referência a Portugal. Recordemos que em França, por exemplo, as aproximações entre grupos democratas cristãos e grupos que podemos qualificar de pré-fascistas foram, por vezes, intensas. Zeev Sternhell, na sua obra *La Droite Révolutionnaire*, sublinhou claramente quanto o jovem movimento de Sillon admira os «Amarelos» de Bietry⁴⁹. E nas colunas dos jornais católicos portugueses, especialmente nas de *Estudos Sociaes*, é feita a apologia do sindicalismo contra-revolucionário francês⁵⁰.

A primeira democracia cristã portuguesa sofreu uma pesada derrota em 1910-11. Contudo, ela desenvolveu, durante quinze anos, um movimento democrata-cristão e pôs em prática uma ideologia que não desapareceram totalmente. De facto, o Partido Nacionalista desapareceu, os CCO extinguiram-se, mas a tradição da primeira democracia cristã subsistiu. Ela encontra-se particularmente viva entre os dinamizadores do CADC de Coimbra, que reabre em 1912: vários entre eles eram já activos militantes antes da República, em especial os irmãos Dinis da Fonseca, oradores nos últimos congressos das APC como delegados do CADC⁵¹ e colaboradores de *Estudos Sociaes*, ao lado de Francisco Veloso e do P.º Cerejeira⁵². Não esqueçamos que foi em 1909, no semanário de Viseu *A Folha*, dirigido pelo cônego José de Almeida, um dos mais activos dinamizadores do Partido Nacionalista e da democracia cristã, que foram publicados os primeiros artigos do jovem Salazar. Estes militantes reuniram-se, depois de 1917, no novo partido católico (Centro Católico Português), onde reencontram os veteranos do catolicismo militante dos últimos anos da Monarquia, tais como o jornalista Nemo (José Fernando de Sousa), membro do Partido Nacionalista e um dos dirigentes da imprensa e das associações católicas, e Alberto Pinheiro Torres, presidente fundador do CCO de Vila do Conde, que em 1907 se tornou director do semanário comum fruto da fusão de *O Grito do Povo* e de *A Democra-*

⁴⁷ Jean Marie Mayeur, «Catholicisme intransigeant, catholicisme social, démocratie chrétienne», in *Annales (Économie, Société, Civilization)*, Março/Abril de 1972, pp. 483-499.

⁴⁸ Id., *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne (XIX-XX Siècles)*, Colin, 1980.

⁴⁹ Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire (1885-1914), Les Origines Françaises du Fascisme*, Seuil, 1978.

⁵⁰ *Estudos Sociaes* de Abril e Junho de 1906. Ver também Marie-Christine Volovitch, «La vie catholique en France vue par les catholiques portugais, 1900-1910. Aux origines de la pensée contre-révolutionnaire au Portugal», in *RECIFES, Recherches et Etudes Comparatistes Ibéro-Françaises de la Sorbonne Nouvelle*, vol. 3, 1981, pp. 39-50.

⁵¹ Alberto Dinis da Fonseca fala, em nome do CADC de Coimbra, na sessão de 28 de Junho do 4.º Congresso das APC, realizado em Braga, e, novamente em nome da mesma organização, no 5.º Congresso das APC, realizado em Lisboa, enquanto o seu irmão, Álvaro Dinis, faz parte, no mesmo Congresso, da secção feminina.

⁵² Em 1909 e 1910, Francisco Veloso e o P.º Cerejeira escrevem vários artigos na publicação mensal do CADC, o primeiro nos n.ºs 10/11 e 12 e o segundo nos n.ºs 10/11 de 1909.

Nesse mesmo ano, Alberto Dinis da Fonseca escreve nos n.ºs 3, 5 e 7 e Álvaro no n.º 4.

Em 1910, Alberto Dinis da Fonseca escreve nos n.ºs 1, 2, 3 e 4, Francisco Veloso nos n.ºs 2, 3, 7/8/9 e 11/12. Álvaro escreve nos n.ºs 4, 5/6, 7, 8/9 e 11/12 e Joaquim Dinis da Fonseca nos n.ºs 7 e 8/9. O P.º Cerejeira escreve, em 1910, nos n.ºs 7, 8/9 e 11/12. Por último, Francisco Veloso escreve, no último ano da Monarquia, nos n.ºs 7 e 8/9.

cia Christã e o único dos deputados nacionalistas que fora reeleito em 1908, após a queda de João Franco. Quanto a António Lino Neto, que foi presidente do Centro Católico Português, fora já em 1909 um dos oradores do 4.º Congresso das APC, fazendo um discurso sobre «A cristianização do País».

Os primeiros anos da República, se foram difíceis para o movimento católico, não conduziram ao seu desaparecimento nem mesmo à renovação total da sua equipa dirigente. Pelo contrário, como acabamos de assinalar, muitos dos que reorganizam o movimento tinham sido já, antes do 5 de Outubro, activos militantes católicos e muitas vezes também activos militantes nacionalistas. E o que é mais importante, para além da permanência de numerosos quadros, é a persistência da concepção dum catolicismo social conservador e contra-revolucionário, violentamente anti-socialista e antianarquista antes de 1910 e anti-sindicalista e anticomunista após 1917. A justiça social proposta à classe operária é sempre aquela que se baseia numa cooperação entre patrões e operários, convertidos a uma visão moral cuja origem é o catolicismo: o poder do Estado não deve mais ser exercido em benefício duma minoria e a repartição naturalmente desigual dos bens e das aptidões individuais não deve ser destruída, mas utilizada em benefício de todos. É esta a tese dos dirigentes do Centro Católico Português, defendida por Salazar na conferência: «A paz do Cristo na classe operária pela Santíssima Eucaristia», realizada em 4 de Julho de 1924, aquando da realização do Congresso Eucarístico Nacional na «Roma portuguesa»:

As legítimas aspirações das massas proletárias adulteram-nas os seus dirigentes em programas fantasiosos que trazem embalada em esperanças loucas a imaginação da gente simples [...] [Os operários] Aventurando-se a movimentos que ameaçam subverter a civilização moderna, nota-se que, quanto mais avançam e mais conquistam, mais a luta recrudescer [...] e a paz não chega, não existe a justiça [...] há certamente um erro de princípio, minando pela base o êxito do movimento operário, e conviria descobri-lo e focá-lo bem no ideal que o operariado se propõe, [...] para em plena consciência lhe indicarmos nós o caminho da verdadeira paz [...] a paz no trabalho pela justiça na distribuição da riqueza, pela noção moral dos bens criados, pelo respeito da eminente dignidade da pessoa humana [...] esta hierarquia — trabalho de invenção, de organização, de direcção e de execução —, ao mesmo tempo que traduz uma necessidade intrínseca da produção material, é reflexo da desigualdade natural das aptidões individuais, que a sociedade não pode nem deve contrariar. [Enfim] não aspirar ao poder como um direito, mas aceitá-lo e exercê-lo como um dever; considerar o Estado como um Ministro de Deus para o bem comum e obedecer do coração ao que está investido de autoridade; não se esquecer quem manda da justiça que deve e não se esquecer quem obedece do ónus sagrado de quem manda⁵³.